
**TRABALHO E ESCOLARIZAÇÃO: O
UNIVERSO DAS CRIANÇAS NEGRAS
EM CUIABÁ (1871-1890)**

Elizabeth Figueiredo de Sá*
Mary Diana da Silva Miranda**

Resumo: trabalho e estudo eram, na visão dos governantes, os motores do progresso. Por isso, havia uma grande preocupação com as crianças negras, pobres e livres que viviam a andar sem rumo pelas ruas de Cuiabá. Acostumadas desde cedo ao trabalho, resta-nos saber se elas tinham acesso aos bancos escolares. Assim, o presente artigo pretende desvendar se as crianças negras livres que viviam em Cuiabá tinham acesso à escolarização no período de 1871 a 1890. A delimitação temporal foi determinada pelos documentos e fatos históricos aqui analisados, iniciando com a Lei do Ventre Livre em 1871, cuja promulgação fez com que, pela primeira vez, se pensasse na escolarização das crianças que a partir desta data nasciam livres; encerrando-se em 1890, com o recenseamento populacional de Cuiabá.

Palavras-chave:

As crianças negras escravas eram invisíveis aos governantes, não sendo contempladas em seus discursos e relatórios. Elas são citadas somente nos livros de batismo e nos inventários, acervos pertencentes à Igreja.

Nos inventários e testamentos os infantes escravos são citados como herança para os filhos, iniciando-os, assim, desde muito cedo à vida de servidão e trabalho. Volpato ressalta que:

[...] a vida de uma criança escrava era bastante penosa. Todo o movimento do sistema escravista se dava no sentido de quebrar desde cedo sua resistência, atingindo logo de início sua dignidade humana. Quando criança, servia para satisfazer

as vontades do sinhozinho que, vivendo em uma sociedade violenta, transferia para sua relação com o negrinho que lhe era submisso as pressões que ele mesmo sofria. A criança escrava era colocada também à mercê da vontade arbitrária de senhores, senhoras, feitores e agregados. E, por fim, estava a mercê de outros escravos que muitas vezes descarregavam nela, indefesa, toda a amargura e violência de sua vida, chegando inclusive a descontar nessa relação as violências sofridas [...] (VOLPATO, 1993, p. 146).

Nas listas descritas anexas aos inventários elas estão relacionadas como mercadorias; sendo listadas juntamente com os animais, ainda que sejam as primeiras a serem citadas, das mais velhas para as mais novas, apenas com o nome, cor e idade, e, raras vezes, doenças (CORRÊA, 2001).

Nas relações de batismo, Corrêa (2001) afirma que são poucas as referências encontradas, embora esse sacramento no século XIX tivesse um importante significado para a Igreja. Volpato ressalta que:

A ligação ao senhor pelos laços de compadrio era um dos mecanismos sutis de que o escravo lançava mão para beneficiar a si e aos seus - através do batismo era estabelecido um parentesco espiritual entre padrinho e o afilhado e entre compadres. A partir daí, ficava bem definida uma relação de reciprocidade na prestação de serviços. Ao dar o filho para o senhor batizar, o escravo procurava estabelecer vínculo entre ambos além dos já existentes, criando uma relação que pudesse futuramente beneficiar o afilhado (VOLPATO, 1993, p. 78).

No entanto, nem sempre os laços firmados por esse sacramento eram uma realidade favorável para os escravos, pois, mesmo estabelecida uma relação de parentesco, boa parte dos senhores utilizava da força e da coerção para manter, tanto os afilhados, como os filhos bastardos tidos com as escravas, na mesma condição (Volpato, 1993). Nem mesmo os seus laços familiares eram respeitados, uma vez que a família era separada no momento da divisão do espólio entre os herdeiros ou ao serem entregues como pagamento aos credores. (CORRÊA, 2001).

Tratadas como mercadorias, as crianças escravas não tinham uma perspectiva diferente da vida que seus pais levavam, sendo

também impossibilitadas legalmente de frequentar os bancos escolares. Conforme artigo 22º do Regulamento da Instrução Pública de 1854: “Não serão admitidos à matrícula os que tiverem moléstia contagiosa e os escravos”. Tal determinação se mantém no Regulamento da Instrução Pública de 1878, em seu artigo 119º:

Não poderão ser matriculados nas escolas públicas de instrução primária:

§ 1º - *Os menores de 5 anos e maiores de 15 do sexo masculino, e as meninas menores de 5 e maiores de 11 anos.*

§ 2º - *Os escravos.*

§ 3º - *Os que sofrerem moléstias contagiosas.*

§ 4º - *Os não vacinados.*

§ 5º - *Os que tenham sido expulsos por incorrigíveis.*
(REGULAMENTO, 1878, p. 15).

A documentação sugere que as crianças negras escravas não tinham acesso a escolarização, cabendo-lhe somente o trabalho. Restamos a pergunta: E as crianças negras livres? Tinham elas acesso à escolarização?

Assim, esse artigo tem a intenção de desvendar se as crianças negras, na condição de libertas, tinham acesso à escolarização em Cuiabá. Para tal, foram utilizados os dois recenseamentos populacionais, de 1872 e de 1890, das duas principais freguesias da cidade de Cuiabá, mensagens de presidentes de Província e do estado de Mato Grosso, relatos de viajantes, documentos do Juizado de Órfãos, periódicos, regulamentos e regimentos da instrução pública e lista de matrículas de escolas isoladas, entre outros.

A delimitação temporal, de 1871 a 1890, foi determinada pelos documentos e fatos históricos aqui analisados, iniciando-se com a lei do Ventre Livre em 1871, cuja promulgação fez com que, pela primeira vez, se pensasse na escolarização das crianças que, a partir dessa data, nasciam livres, encerrando-se em 1890 com o Recenseamento Populacional e as listas de matrículas de escolas isoladas que funcionavam em Cuiabá do referido ano.

A classificação racial de pretos, pardos e brancos, apresentada sobretudo no Recenseamento de 1890, está relacionada ao quesito cor e raça, pois, como afirma Carvalho (2003), no Brasil, raça e cor são conceitos mais associados à aparência do indivíduo e sua inserção na

sociedade. Sobre o tema, Fonseca (2009, p. 215) apresenta a idéia de que a denominação de pardo “também pode ser tomado como indicativo de um lugar social e não como um simples resultado da miscigenação”.

EDUCAÇÃO E TRABALHO: PALAVRAS-CHAVE PARA INSERÇÃO DAS CRIANÇAS NEGRAS NA SOCIEDADE

O enfraquecimento do sistema escravista no Brasil ocorreu simultaneamente ao anseio da construção da identidade brasileira. Havia uma preocupação por parte dos emancipacionistas, que buscavam meios de “resgatar” os habitantes pobres do país, fossem eles escravos ou livres; resgatá-los “[...] de suas vidas vistas como abjetas, inúteis e isoladas, para integrá-los no seu projeto de uma sociedade unida, harmoniosa e progressiva.” (AZEVEDO, 1987, p. 36). Foi a partir da década de 1870 que os abolicionistas retomaram algumas propostas emancipadoras, dentre as quais destacamos a Lei do Ventre Livre.

Com a publicação da referida Lei, a criança negra tornou-se alvo das preocupações das autoridades quanto à sua educação, estabelecendo que todas as crianças filhas de mães escravas, nascidas desde a promulgação da referida lei, teriam direito à liberdade e à educação. A respeito, Fonseca (2002 p. 44) aponta que os debates dos quais se originou a Lei do Ventre Livre destacavam a educação como um fator imprescindível para o fim do regime escravista: “[...] a libertação do ventre e a educação eram articuladas como dimensões fundamentais na preparação dos negros para a liberdade.”

O Art. 2º, § 4º atribuiu ao governo o direito de mandar recolher os menores aos estabelecimentos públicos de ensino, transferindo para o Estado as obrigações que o § 1º impunha às associações autorizadas. Assim, as crianças entregues ao governo estadual, seriam expostas a outras formas de educação, visando a sua integração social:

Embora negligenciada por grande parte dos estudos que se referem à abolição do trabalho escravo no Brasil, a educação é um elemento importante para que possamos compreender esse processo, sobretudo no que diz respeito à sua articulação com a sociedade que se pretendia estabelecer no período posterior à escravidão. Não se pode compreender o processo de abolição do trabalho escravo no Brasil sem associá-lo ao processo de construção de uma nova sociedade que emergiria da superação

da escravidão. A educação foi um dos pontos de manifestação desse pensamento de reconstrução do País e, dentro dessa reconstrução os negros eram tidos como um dos elementos indispensáveis de serem adequados às novas relações sociais que começavam a ser esboçadas (FONSECA, 2002, p. 61-2).

Anos depois, quando a abolição da escravatura tornou-se realidade, uma importância maior foi dada à busca de alternativas com a finalidade de assegurar o destino principalmente das crianças negras, mas não apenas no quesito instrução, uma vez que estas necessitavam também ser preparadas para o trabalho. Então, a educação para o trabalho passou a ser defendida com veemência tanto nos discursos das autoridades quanto em atos legislativos e judiciários. No ofício emitido pelo Juizado de Orphãos ao Presidente da Província de Mato Grosso, o tenente-coronel Francisco Raphael de Mello Rego, nota-se a preocupação com os ex-ingenuos:

Com a simples notícia de que tinha sido promulgada a lei da completa extinção da escravidão no Brasil, presenciamos com satisfação como consequência de nosso systema de governo, a sua execução immediata, sem que houvesse outro motivo além da adhesão franca e unânime de todos os particulares a tão patriótica resolução legislativa. Se porém, por um lado a extinção do elemento escravo cria uma verdade reconhecida e proclamada por todos, por outro, tornava-se urgente que as leis protectoras da orphandade viessem em prol dos ex-ingênuos, que de toda a parte surgia sem completa licença, vagando sem ocupação pelas ruas desta cidade, e quando mesmo ao serviço de alguém, ou não correspondido por uma remuneração condigna, ou seria esta simplesmente para gerar vícios aos menores orphãos incautos. O serviço doméstico desorganizava-se, e providencias serão reclamadas, não só em beneficio do trabalho, da moral e da ordem, como também que viessem garantir o futuro dos ex-ingênuos. Na falta de um recolhimento de orphãos, e na impossibilidade de outra medida extraordinária, mandei lavar editaes chamando à minha presença todos os menores, afim de dar-lhes tutores ou a soldada conforme a nossa legislação commum. Hoje tenho a satisfação de passar às mãos de V. Ex.^a os quadros demonstrativos dos serviços deste Juízo nos dias 18, 19, 20, 21 e 22 do corrente

mez, em que se vê que a apresentação - se 82 menores, dos quaes 27 forão dados à soldadas, representando o capital de 121\$000 de entradas mensaes na caixa econômica. Não me esquecendo da recommendação de V. Ex.^a, tenho promovido todos os esforços no sentido de preencher os claros existentes no Arsenal de Marinha do Ladário, para o que opportunamente remetterei um quadro, solicitando passagem para Corumbá. Renovo os meus protestos de alta consideração a pessoa de V. Ex.^a “a quem”. Deus Guarde. (OFICIO, 1888).

No mesmo documento, reitera-se que, após a abolição, um grande número de ex-íngênus, como eram chamadas as crianças libertas, circulavam sem ocupação pelas ruas da cidade de Cuiabá, o que preocupava as autoridades. Diante disso, as autoridades propunham o trabalho como um dos meios de combater os vícios que podiam ser adquiridos, sobretudo, quando se vivia em exposição permanente aos riscos oferecidos pelas ruas, tornando-se um instrumento mais apropriado para a formação de bons cidadãos. Na verdade, eram o estudo e o trabalho as atividades consideradas como motores do progresso, ideário que circulava através dos periódicos para a sociedade local:

[...] Por meio deles se tem desenvolvido e aperfeiçoados os cometimentos e invenções que hão dado a marcha dos séculos poderosos elementos para a perfectibilidade universal. São o estudo e o trabalho auxiliares necessários aos povos, pois desvendam os mais recônditos segredos da ciência, elevam as artes e todos os ramos de indústrias, fazendo raiar a evolução nos tempos modernos. Sem eles, o gênero humano estacionário em face do desconhecido apresentaria as idades uma cena de decadência, um espetáculo de ruínas. O trabalho quer intelectual, que material, mostra uma época feliz, reedifica, constrói, espalha o pão espiritual e corporal na certeza de esmagar o monstro da ignorância para desassombrado seguir um itinerário útil e glorioso aos países (A TRIBUNA, 1887).

Conforme a Ordenação do Livro 1º, tit. 88, § 13, cujos termos foram lavrados no 2º Cartório de *Orpphãos*, nos dias 18, 19, 20, 21 e 22 de junho de 1888, foi concedida soldada aos seguintes menores listados no Quadro 1.

Quadro 1 – Relação Nominal dos Menores de 12 a 19 Anos de Idade Remunerados em 22 de Junho de 1888

N.	Nomes	Idade	A quem foi dada	Prazo	Importância Mensal	Filiação
1	Theodoro	16	Tenente-coronel Manoel Maria de Figueiredo	2 annos	4\$000	Benedicta, ex-escrava do tenente-coronel Manoel Maria de Figueiredo
2	Guilherme	15	A ele mesmo	"	4\$000	Juliana " "
3	Honorato	17	A ele mesmo	3 annos	10\$000	Idem
4	Maximiano	19	A ele mesmo	2 annos	10\$000	Idem
5	André	14	A ele mesmo	"	4\$000	Benedicta " "
6	André	18	Tenente Luiz Pedroso P. Barros	"	6\$000	Sabina, ex-escrava do tenente Luiz Pedroso P. Barros
7	Carlos	18	D. Maria Clara Leque	"	4\$000	Agostinha (falecida) D. Maria Clara Leque
8	Jovita	12	Tenente-coronel Manoel Maria de Figueiredo	"	3\$000	Benedicta, ex-escrava do tenente-coronel Manoel Maria de Figueiredo
9	Jenuina	14	Nicola Verlangieri	"	6\$000	Jovita, ex-escrava de Nicola Herlangieri
10	Maria	16	Tenente Luiz Pedroso P. Barros	"	6\$000	Salvina, ex-escrava de Luiz Pompeo de Barros
11	Rosalia	12	José Estevão da Silva Albugg	"	3\$000	Joana, ex-escrava de José Estevão da Silva Albugg

Fonte: Ribeiro (2010, p. 56).

Percebe-se, através dos dados contidos nesse documento, que, nesses casos os ex-proprietários de suas mães permaneceram com a guarda dos menores, porém, não nos foi possível constatar se ocorreu a profissionalização das mesmas.

Os menores que recebiam a soldada propiciavam condições para que o contratante se beneficiasse do seu trabalho por meio da locação dos seus serviços, diferentemente da tutoria, que não impunha pagamento por essa mão-de-obra. Logo, a soldada acabou por se tornar o único meio de crianças e jovens terem seu trabalho recompensado, ainda que o recebimento do valor depositado no cofre dos órfãos só pudesse ser resgatado quando atingissem a maioridade (NUNES, 1997).

Além dessas crianças, adolescentes e jovens, foram concedidas soldadas no dia 22 de junho de 1888 para mais 16 menores. Cruzando os dados do referido documento com as informações registradas no recenseamento realizado em 1890, podemos ter noção da realidade de alguns desses menores.

Vicente da Cunha foi dado a Firmino Ferreira do Couto, que era alfabetizado, casado, pai de seis filhos e trabalhava como taverneiro. Firmino residia com sua família na Freguesia da Sé, ao lado da Igreja do Rosário. De acordo com o levantamento censitário, Vicente não morava com o seu empregador, residia na Travessa da Piedade, n. 386, com sua mãe, Vicência da Cunha, que, após ser liberta, passou a desempenhar a atividade de agência, possivelmente auxiliando o sr. Firmino. Vicente aprendeu a ler e em 1890, com 18 anos, exercia o ofício de sapateiro.

Os irmãos Theodoro, Guilherme, Honorato, Maximiano, André e Jovita, por sua vez, foram dados ao tenente-coronel Manoel Maria de Figueiredo. Diferentemente do caso anterior, os seis irmãos e sua mãe, Benedicta, moravam, em 1890, na casa do Sr. Manoel. Ela era uma escrava preta e solteira e não tinha uma profissão. Seus filhos também não frequentaram a escola e não aprenderam a ler.

Nesse caso, cremos que a guarda desses menores talvez tenha permitido a continuidade da condição de exploração, utilizando a mão-de-obra livre e infantil como um mecanismo de manutenção do trabalho compulsório. A crença de que com isso se evitaria a marginalidade nas classes pobres ia ao encontro do discurso da carência de mão-de-obra na época da abolição, quando, segundo Challoub (1986), o que se notava não era a falta de trabalhadores, mas, sim, a dificuldade de se ajustá-los às condições concretas de luta pela sobrevivência. Tal análise nos permite entender o motivo da procura por mão-de-obra infantil através da prática da soldada, que se dava pelo fato de o trabalho ser considerado como um dos principais meios de educação para as crianças e jovens pobres.

Outra maneira de inserir as crianças pobres no mundo do trabalho dava-se por meio do Arsenal Guerra de Mato Grosso, cuja finalidade

era facilitar o abastecimento das tropas militares sediadas na província situada em região de fronteira distante dos principais centros urbanos do país, oferecia ensino profissionalizante. Essa instituição, além de depósito de fardamentos, armas, munições e equipamentos diversos enviados pelo Rio de Janeiro ou fabricados nas oficinas de alfaiates, sapateiros, torneiros, ferreiros dentre outras que funcionavam em Cuiabá, também serviu como prisão (para civis e militares) e de abrigo para meninos pobres (CRUDO, 1999, p.52). Em 1881, o presidente de província de Mato Grosso lamentava a redução de vagas:

Esta bela instituição de aprendizes pobres, que em outras províncias tem produzido tão bons frutos, precisa nesta ser alargada com a admissão de maior número de menores. O número marcado de menores para serem matriculados nesta mesma Companhia é apenas de cinqüenta, quando existe na província uma quantidade imensa desses enfeitados da fortuna que tem direito a uma educação profissional e moral (GALVÃO, 1881).

Percebe-se aqui o papel que atribuíam à educação profissional por meio das expressões utilizadas pelas autoridades provinciais. Era por meio da educação profissional que seguiam na tentativa de corrigir as desigualdades provocadas “pela sorte”, evidenciando os mecanismos de discriminação provocados pela ordem escravista.

O número de matrículas na Companhia de Aprendizes Menores do Arsenal de Guerra de Mato Grosso variava conforme a existência de vagas que surgiam com a exclusão de menores fugitivos ou com a passagem de aprendizes para mancebos. Acredita-se que diversos meninos negros passaram pela Companhia de Aprendizes do Arsenal de Guerra de Mato Grosso, já que alguns escravos foram admitidos nas oficinas. Lá aprendiam um ofício, contribuindo para o preenchimento da mão-de-obra em Mato Grosso que se encontrava carente de sujeitos:

Além de menores, trabalham nas oficinas do Arsenal de Guerra mestres (no início contratados no Rio de Janeiro), soldados artífices, escravos (de particulares e da Nação), africanos livres, trabalhadores temporários, presos cumprindo pena e até mesmo, durante curto período de tempo, colonos estrangeiros. A carência de trabalhadores especializados na província era sempre lamentada pelas autoridades locais (CRUDO, 1999, p. 93).

O Arsenal de Guerra era o mecanismo utilizado pelas autoridades provinciais para transformar meninos pobres – compêndios de vícios – em operários úteis. Antes que completassem 16 anos, os meninos aprendizes eram submetidos a uma disciplina rígida para que abandonassem os maus hábitos que traziam de suas famílias e assumissem os valores da pontualidade, respeito à hierarquia e bom comportamento. Disciplina esta, adquirida através da inserção precoce no mundo trabalho (CRUDO, 1999, p. 144).

Durante o funcionamento do Arsenal de Guerra, muitos meninos passaram por esta instituição. Diversas histórias de vida. Alguns dos menores matriculados aceitaram as normas disciplinares, tornando-se bons operários e até mesmo mestres de oficina. Outros se rebelaram. Fugiram diversas vezes, alguns retornaram voluntariamente, outros capturados pela polícia. Vários foram transferidos para corpos militares estacionados nas áreas de fronteira devido a sua reiterada indisciplina. Poucos se envolveram em situações de furto e de homicídio, ousando transgredir de forma mais radical a ordem social que o governo imperial tentava impor aos homens livres pobres. (CRUDO, 1999).

A ESCOLARIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NEGRAS

Faria Filho (2003) ao tratar sobre a instrução elementar ao longo do século XIX, alerta que, mesmo precários, os dados estatísticos escolares, nomeados também de censo escolar, quase sempre se referiam às escolas primárias sustentadas pelo estado. Assim, muitas escolas privadas ou domésticas ficavam fora dos dados estatísticos. Segundo o autor, haviam Províncias do Império que possuíam significativas redes de escolas, fossem elas: públicas, privadas ou domésticas. Entre os anos de 1870 a 1889 funcionavam na Capital o número de escolas públicas relacionadas no Quadro 2.

Os dados indicam o número superior de matrículas para crianças do sexo masculino, em detrimento das meninas que provavelmente eram destinadas aos afazeres domésticos.

O relatório do Diretor da Instrução Pública, Alfredo José Vieira (1889), destaca que embora não haja um controle das matrículas das escolas particulares, “A iniciativa individual vai, entretanto, se desenvolvendo, segundo estou informado, havendo só nas escolas particulares desta Capital, de que tenho conhecimento, para mais de 200 alunos matriculados”.

Quadro 2 – Número de Escolas e sua Classificação - 1870 a 1880

Ano	Localidade/ freguesia	Classificação			Total
		Masculino	Feminino	Mista	
1870	Sé	5	2	-	7
	São Gonçalo	2	1		3
1878	Sé	7	2		9
	São Gonçalo	3	1		4
1880	Sé	3	2		5
	São Gonçalo	5	1		6

Fonte: Ribeiro (2010, p. 56).

Esse relato expõe o fato de que muitos, não só os negros, adquiriam o conhecimento da leitura e da escrita por meio da iniciativa de sujeitos que eram remunerados para tal, ou que se dispunham a oferecer seu trabalho gratuitamente, como é o caso da Sr.^a Dona Escholástica da Costa Ribeiro e Azevedo:

Attesto que a Exm.^a Sr.^a D. Escholástica da Costa Ribeiro e Azevedo exerce, há três anno, o magistério particular nesta Freguesia, tendo sempre regularmente mais de quarenta alumnos, de um e outro sexo, e dá ensino gratuito para mais da metade deles, com dedicação, zelo e proficiência. O que affirmo sob a fé do meu cargo (ATESTADO, 1888).

A relação dos alunos de Dona Escholástica não foi localizada, porém, acredita-se que por atuar na Freguesia de São Gonçalo, fazia parte de sua clientela um número significativo de alunos negros.

Nos idos de 1890, Cuiabá tinha 8.799 indivíduos, dos quais 1.603 encontravam-se em idade escolar (7 a 14 anos), representando 18% da população. Essas crianças estavam distribuídas nas duas freguesias existentes: da Sé e de São Gonçalo, conforme é possível observar no Quadro 3.

As informações contidas no censo nos apontam para o sentido de que 4,5% das crianças entre 0 a 6 anos, aproximadamente, já estudavam, contrapondo-se a 95,5% que não estudavam. A obrigatoriedade, no entanto, segundo o Regulamento da Instrução Pública de 1889, refere-se às crianças em idade maior de 6 anos e menor de 15 (Art. 9º).

Quadro 3 – Classificação das Crianças que Residiam em Cuiabá - 1890

Freguesia da Sé					
Raça/cor	Faixa etária	Sexo	Instrução/Frequente escola (%)		Quantidade total
			Sim	Não	
Branca	0 a 6 anos	Masculino	14	143	157
		Feminino	9	157	166
	7 a 14 anos	Masculino	172	38	210
		Feminino	126	82	208
Negra (Pretos e pardos)	0 a 6 anos	Masculino	12	362	374
		Feminino	10	351	361
	7 a 14 anos	Masculino	202	219	421
		Feminino	141	237	378
Freguesia de São Gonçalo					
Branca	0 a 6 anos	Masculino	5	54	59
		Feminino	4	36	40
	7 a 14 anos	Masculino	45	10	55
		Feminino	30	24	54
Negra (Pretos e pardos)	0 a 6 anos	Masculino	2	127	129
		Feminino	6	111	117
	7 a 14 anos	Masculino	73	60	133
		Feminino	31	113	144

Fonte: Ribeiro (2010, p. 52).

Dentre as crianças entre 7 e 14 anos, 51% encontravam-se estudando. Dessas, 45,5% eram brancas e 54,5%, negras. A título de exemplo, as listas de matrículas de duas escolas públicas, ambas fixadas na Freguesia da Sé (a 3ª Escola do sexo masculino e a 2ª Escola de Instrução Primária do sexo feminino) apontam para a existência de crianças negras². Na 3ª escola do sexo masculino, sob a regência do professor José Delfino da Silva, dos 41 alunos matriculados em 30 de junho de 1890, 44% eram negros, 24% eram brancos e 32% não tinham o perfil racial identificado. Na 2ª Escola de Instrução Primária do sexo feminino, sob a regência da professora interina Maria Ribeiro, das 96 alunas matriculadas 25 eram negras; 44 eram brancas e 27 sem o perfil racial definido por falta de informações.

Embora a população que frequentava os bancos escolares fosse majoritariamente negra, contraditoriamente, essa mesma categoria é a maioria que permanece fora das escolas, alcançando um percentual de 77%, contrapondo-se a 23% de crianças brancas que não frequentavam à escola. Essa situação nos leva a interrogar sobre as características domiciliares³ das crianças negras que foram enviadas à escola.

Conforme o recenseamento de 1890, dos 277 domicílios que tinham crianças frequentando a escola, 160 eram chefiadas por homens e 117 por mulheres, sendo que, em sua grande maioria, os domicílios eram compostos de 6 a 10 integrantes, sendo eles consangüíneos ou agregados. Quanto à profissão, algumas dessas crianças residiam em casas chefiadas por brancos que exerciam profissões de destaque na sociedade local, tais como advogado, magistrado e cirurgião. Os negros, chefes da família, ocupavam a função predominantemente de agencia, ou de taverneiros, ajustes, negociantes, costureiras, sapateiros e marceneiros. Outros, não possuíam profissões.

Quais os motivos que levaram as demais famílias a não encaminharem seus filhos à escola? Algumas provavelmente inseriam as crianças precocemente no mundo do trabalho, exercendo atividades de criados (as), sapateiros, carpinteiros e de agencia.

Em todo o território nacional, os presidentes de província alegavam que as dificuldades econômicas contribuía para a lentidão do ensino. Os objetivos do Império era fazer da escola um mecanismo de propagação dos princípios de moralidade, a fim de modificar o comportamento social do homem. Ordenar o indivíduo socialmente era o mesmo que tirá-lo da barbárie em que se encontrava, ou seja, o mesmo teria sua liberdade controlada pelo sistema. Sendo assim, a escola era o espaço destinado para a ordenação dos indivíduos, com o propósito de fornecer meios de se tornarem indivíduos ordeiros (SOUSA, 1998, p. 35).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A documentação analisada sugere um número significativo de negros, isto é, pretos e pardos, na sociedade cuiabana no período estudado. Porém, o censo de 1890 oferece indícios de que as profissões exercidas pelos chefes de famílias negras estavam ligadas às atividades secundárias. Mesmo estando em maior número no contingente populacional, se comparados à população cuiabana branca, os negros não ocupavam cargos de destaque na sociedade local e nem tampouco pertenciam à elite local.

A educação dos infantes negros livres eram concebidos como essenciais para a inserção deles na sociedade e, principalmente, no mundo do trabalho. Porém, embora a educação fosse preconizado como ação primordial da administração pública, percebe-se que grande parte da população infantil pobre, sendo ela branca ou negra, encontrava-se fora das escolas, em geral desprovidas de professores capacitados, materiais e equipamentos escolares e, principalmente, de prédios adequados para o ensino. Assim, muitas crianças, independente da cor/raça, estavam fora da escola, pelas condições de pobreza a que estavam submetidas.

Com o desenrolar da pesquisa, unindo as leituras feitas e a análise da documentação coligida, foi possível perceber que um número expressivo de crianças negras estudava nas escolas cuiabanas, diferentemente do que havíamos suposto inicialmente. No entanto, tal constatação não significa que a educação era realmente para todos e, muito menos, que o preconceito estava ausente nas relações cotidianas escolares.

Notas

- 1 Pedro Nunes (1997, p. 405) caracteriza como *soldada*: “[a] remuneração de criados, operários e trabalhadores.”
- 2 Ressalta-se que as listas de matrícula não continham informações sobre a condição racial dos alunos. Foi somente no cruzamento de dados entre o Recenseamento que se pode obter tais informações. As listas continham a filiação dos alunos, propiciando melhores condições de se localizar as crianças *negras* no Recenseamento
- 3 Em estatística demográfica, Marcílio (1973, p. 124) chama a atenção para as diferenças entre as categorias família e domicílio. A autora, se reportando ao pesquisador Louis Henry, afirma que “a família, em estatística, é composta do casal de pais, ou do cônjuge sobrevivente, e, eventualmente, dos filhos sobreviventes”. Já *os domicílios*, a luz de Adolphe Landry, corresponderiam ao espaço em que estariam alojados membros de uma família que vivem sob o mesmo teto que o chefe. Podendo compreender os netos, ascendentes, parentes colaterais, domésticos e hóspede.

Referências

- AZEVEDO, C. M. M. de. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites: século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CARVALHO, J.A. M. de; WOOD, C. H; ANDRADE, F. C. D. Notas acerca das categorias de cor dos censos e sobre a classificação subjetiva de cor no Brasil: 1980/90. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 20, n. 1, 2003.

CORRÊA, A. M. *A criança escrava em Cuiabá: 1860-1871*. Monografia (Graduação em História) – Instituto de Ciências Sociais, Cuiabá, 2001.

CRUDO, M. A. *Os aprendizes do arsenal de guerra de Mato Grosso: trabalho infantil e educação (1842-1899)*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, 1999.

FARIA FILHO, L. M. de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FONSECA, M. V. *A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil*. Bragança Paulista: Uduf, 2002.

FONSECA, M. V. Apontamentos para uma problematização das formas de classificação racial dos negros no século XIX. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v.18, n. 36, 2009.

GALVÃO, J. L. *Relatório do vice-presidente da província de Matto Grosso à Assembléia*. Cuyabá: Typ. de Joaquim J.R. Calháo, 1881.

MARCILIO, H. *História do Ensino em Mato Grosso*. Cuiabá: Secretaria de Educação, Cultura e Saúde do Estado, 1963.

MATO GROSSO. Atestado da Inspeção Parochial de Estudos de São Gonçalo de Pedro 2º. Arquivo Público de Mato Grosso, Caixa 1888 C.

MATO GROSSO. Ofício nº 33 da Diretoria Geral da Instrução Pública endereçado à Presidência da Província de Matto Grosso. Arquivo Público de Mato Grosso, Caixa 1888 C.

MATO GROSSO. Regulamento da Instrução Pública . Arquivo Público de Mato Grosso, 1854.

MATO GROSSO. Regulamento da Instrução Pública . Arquivo Público de Mato Grosso, 1878.

MATO GROSSO. Regulamento da Instrução Pública . Arquivo Público de Mato Grosso, 1889.

MATO GROSSO. *Relatório da Diretoria da Instrução Pública*. Livro nº 86 F, 1889.

MATO GROSSO. *Jornal A Tribuna*, Cuiabá, 10 mar. 1887; 1888.

NUNES, P. R. *Dicionário jurídico*. São Paulo: Associados, 1997.

PARARO, M. A (Coord.). *Projeto Levantamento de Fontes Censitárias: o recenseamento de 1890 em Mato Grosso*. Cuiabá: Ed. da UFMT, 2003.

RIBEIRO, M. D. da S. *Crianças negras na Instrução Pública em Cuiabá-MT (1870-1890)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, 2010.

SOUSA, R. F. de. *O Direito à educação: lutas populares pela escola em Campinas*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998.

VIEIRA, A. J. *Relatório do presidente da província de Matto-Grosso para a Assembléia*

Legislativa. Cuiabá: Typ. de Joaquim J.R. Calháo, 1889.

VOLPATO, L. R. R. *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1993.

Abstract: Working and study were, in the vision of the rulers, the motor of the progress. Therefore, there was a great concern for the poor and free black children, who lived to walk without direction through the Cuiaba' streets. They were used from an early age to work, and by the way, we want to know if they had access to school. Thus, this article aims to unravel if free black children who lived in Cuiaba had access to education in the period from 1871 to 1890. The temporal delimitation was determined by historical facts and documents reviewed here, starting with the Law of the Free Womb in 1871, whose promulgation had the first thought in the schooling of children from this date freeborn; ending in 1890, with a census population of Cuiaba.

* Doutora e pós-doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Professora no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso. Coordenadora do Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória (GEM/IE/UFMT). *E-mail*: bethfsa@uol.com.br

** Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória (GEM/IE/UFMT). *E-mail*: marypedagogiaufmt.yahoo.com.br